

Andre Vidal De Negreiros,

Nobre Da Terra.

ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

Este artigo tem como propósito apresentar uma perspectiva sobre Andre Vidal de Negreiros e a sua inter-relação com o conceito de *nobreza da terra*.¹

O manusear da obra de Luiz Felipe de Alencastro “*O Trato dos Viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul*” trouxe-me uma importante abordagem sobre o período que tradicionalmente a historiografia denomina como a história colonial do Brasil. As palavras presentes no prefácio do autor (ALENCASTRO, 2000: 9) soam como um alerta que nos faz questionar vários preceitos e mover-nos intelectualmente de uma “zona de conforto” histórica das relações metrópole e colônia. No que tange à origem de alguns dos principais atores envolvidos no mundo atlântico seiscentista, Negreiros fora o único nascido na colônia, mas, assim como Salvador de Sá e Fernandes Vieira, também alcançou a governadoria de Angola. Teria o mestre-de-campo e senhor de engenho paraibano Andre Vidal de Negreiros lido Camões antes de assumir a governança de Angola? (ALENCASTRO, 2000: 287) Essa é a questão posta por Alencastro quando inicia os seus comentários sobre a participação de Vidal no desbarato do Congo, mormente para a explicação sobre as motivações para Ambuíla, a batalha tricontinental, segundo o autor. Meu questionamento é: qual o contexto para um natural da colônia ter percorrido tal trajetória? É a partir desta reflexão que singraremos no decorrer deste trabalho.

Procurarei enfatizar, por meio das pesquisas nas fontes e do emprego das recentes perspectivas historiográficas sobre o período, uma abordagem que permita trazer os vestígios da representatividade social, da prática religiosa, do *ethos* militar e da trajetória política, de modo a construir uma avaliação sobre a percepção e da *práxis* de pertencer a uma “nobreza” e de ser “nobre” nos trópicos brasílicos da conquista portuguesa na América. A prestigiada e emblemática posição de senhor de engenho, os desígnios de um defensor da fé católica, o espírito cavalheiresco e a representatividade das ordens militares,

¹ Projeto de Iniciação Científica (ProIC) com fontes do Centro de Memória Digital da UnB.

2

bem como a importância dos governos locais são aspectos primordiais para atingir esses propósitos.

André Vidal de Negreiros tem o seu nascimento estimado em 1608, na Paraíba, e falecimento datado de três de fevereiro de 1681, na várzea do Rio Goiana, no Engenho Novo, então sua propriedade (PINTO, 1960: 31 e 99). Foi Governador e Capitão General no Estado do Maranhão e do Reino de Angola e Governador da Capitania de Pernambuco (por duas vezes). Fidalgo *del Rey*, Comendador das comendas de São Pedro do Sul e da Ordem de Cristo, Alcaide-mór das vilas de Marialva e Oeiras,² atingiu o posto militar de Mestre-de-Campo, o que corresponderia atualmente a patente de coronel (SOBRAL, 2013). Negreiros tem uma marcante presença na historiografia dos séculos XIX e XX no que se refere à Restauração pernambucana e à construção da nacionalidade brasileira, com interessantes “disputas” sobre a sua participação na formulação das heroicidades ligadas a elas.

Historiografia e Iconografia

Em *Rubro Veio*, Evaldo Cabral de Mello faz uma brilhante análise historiográfica sobre o imaginário associado à Restauração pernambucana, bem como alguns sutis comentários sobre a relação entre o Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP) e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). No prefácio da obra, o autor expõe ao leitor que ele poderá ver nas suas páginas “a noção segundo a qual a restauração fora empreendida e sustentada pela gente da terra e representou o tópico fundamental, a matriz ideológica a partir da qual se construiu toda a visão nativista do “tempo dos flamengos” (MELLO, 1986: 11). Andre Vidal está inserido na primeira das três fases, que assim como a última corresponderia a uma radicalização antilusitana, pelas quais Evaldo Cabral classifica o fenômeno político e ideológico daquele nativismo: da capitulação holandesa (1654) à derrota da “nobreza da terra” na guerra dos mascates e suas seqüelas, circa 1715 (MELLO, 1986: 15). Derrota essa de um segmento social originalmente nobiliárquico e açucarocrático, o partido de Olinda, que daria vez ao ligado às atividades de comércio no Recife.

² Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 8 N Catálogo 641.

3

Andre Vidal de Negreiros é alçado, por Cabral de Mello, ao *Panteão Restaurador*, representação pela qual o autor sintetiza o imaginário nativista do século XVIII no “simbolismo de uma tetrarquia de heróis a que se devia o culto cívico tributado aos verdadeiros “pais da pátria”. A restauração dessa pátria, alcançada à custa do sangue, vidas e fazendas da gente da terra, tinha sido concretizada pelo amálgama das etnias locais, “mas sob a direção da “nobreza da terra” e dos reinóis radicados em Pernambuco” (MELLO, 1986: 194).³ Andre Vidal é um veterano da resistência ou do *ante-bellum*, como denominado pelo autor para o período de conflitos antes da restauração, que perseverará no intuito de combate aos hereges e na recuperação do controle social e econômico para a elite açucareira local. Percebemos nessa construção, a representatividade que o papel de comandante de um dos terços brasílicos nas Batalhas de Guararapes e o antecedente de senhor de engenho deram ao prestigiado Negreiros na composição dessa simbologia nativista.

Ao descrever aspectos históricos e historiográficos sobre as elites coloniais, Maria Fernanda Bicalho identifica em Joaquim Romero Magalhães um pensar sobre elas como “uma elite camarária, concelhia, em uma *nobreza da terra*, ou *nobreza civil e política* encarregada da governança das localidades”. Em relação ao contexto pernambucano, a renomada historiadora apresenta a discussão de Cabral de Mello sobre a evolução do termo *principal* pela *nobreza da terra*, na qual ele afirma ser o último uma distinção entre *reinóis e mazombos* após a restauração da capitania e como identificação coletiva adotada “pelos descendentes dos antigos *principais*, uma vez que a açucarocracia pernambucana passou a apostar na promoção estamental como forma de legitimar sua dominação política, social e econômica da capitania” (BICALHO, 2005: 74 e 80).

Assim sendo, já podemos perceber, de momento, as peculiaridades que cercam a “*nobreza da terra*” no contexto do *ante* e do *pos-bellum*. Acredito que não podemos imaginar que as características da América portuguesa seiscentista dessem uma uniformidade espacial e situacional as experiências dessa “nobreza” em Pernambuco, no Rio de Janeiro ou na Bahia. Como ressaltado para comparar a situação da nobreza no reino e na colônia, Maria Beatriz Silva destaca que “é preciso atentar na especificidade da

³ Aspas do próprio autor.

4

nobreza colonial, pois o que é relevante é o processo de nobilitação e não, como em Portugal, a reprodução social da nobreza” (SILVA, 2005: 7). A perspectiva dessa historiadora, é que a “nobreza da terra” não seriam somente aqueles assentados nas sesmarias recebidas, destinadas a engenhos, e no número de escravos possuídos. Para ser efetivamente “nobre, de acordo com o código honorífico da época, é porque conseguiram formalizar as honras por meios vários: foros de fidalgo da Casa Real, hábitos das ordens militares, (...) ou postos da oficialidade das ordenanças” (SILVA, 2005: 132).

Ressalto as tensões (aqui utilizando seus vários significados, tais como: intenção, devoção, tema e contenda) historiográficas existentes no viés centralizador adotado pelo Império nas relações políticas e intelectuais com as províncias. O IAHPG foi fundado para preservar a tradição histórica da província frente ao imperialismo da historiografia do Rio, imperialismo na dupla acepção de atividade expansionista ou absorvente de outra e de apologia dos valores ideológicos do regime imperial, diz Evaldo Mello após citar a justificativa de Torres Bandeira para uma versão pernambucana que corrigissem a perspectiva unitária e fluminense que fora a *História Geral do Brasil* com o seu tratamento sobre a revolução de 1817 (MELLO, 1986: 62 – 63).

Assim sendo, acredito que não é sem um propósito “conciliador” que Varnhagen no prefácio de *Historias das lutas com os holandeses no Brasil* expressa que “chegou, quase sem o pensarmos, o tempo de satisfazermos uma dívida que havíamos contraído para com o público, há mais de 16 anos”. Nessa obra, Vidal de Negreiros foi construído como o verdadeiro exemplo da gênese da nacionalidade brasileira de acordo com o pensamento expresso pelo renomado historiador de não “redigir o livro projetado sem examinar, antes, todos os postos e percorrer todos os caminhos, onde, por seus patrióticos feitos, imortalizaram os quatro heróis brasileiros, anti-holandeses, Vidal, Barbalho, Camarão e Dias” (VARHAGEN, 2002: 11).⁴ Observemos que Vidal é citado pelo autor antes de todos os outros e não há menção a João Fernandes Vieira, natural da ilha da Madeira, que rivaliza, em termos historiográficos, no papel de protagonista entre os naturais ou os que, vindo de possessões ou do reino, haviam lutado contra os neerlandeses. Além disso, os

⁴ No prefácio da edição de 1872, o autor refere-se ao primeiro volume de *História Geral do Brasil*, levando-me a inferir esse propósito conciliador.

5

heróis são classificados como brasileiros dentro do alargamento observado para um novo escopo de pátria.

Acrescente-se, ainda, a essas “querelas” de apropriações históricas, a perspectiva do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP) e de alguns trabalhos sobre Negreiros realizados por historiadores da Paraíba. Para Luiz Pinto, autor de uma biografia sobre Andre Vidal, em 1960, é necessário buscar expressar a sua importância para o sentimento de brasilidade. Entretanto, o autor o qualifica como o grande herói daquele Estado da federação. Essa última perspectiva também é encontrada em artigo de Ana Beatriz Silva, que aponta a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano.

Em apoio à pesquisa realizada, a iconografia sobre o personagem pôde contribuir com importantes elementos para aspectos historiográficos. As obras fantasiosas de um artista pernambucano do século XIX existentes no IAHGP, segundo Evaldo Mello, são cópias de uma obra anterior para comemorar seu duplo governo na Capitania de Pernambuco (MELLO, 1986: 52) e a base para as reproduções iconográficas que hoje conhecemos sobre ele, sendo de uma representatividade especial para esse trabalho a que ele está ostentando a insígnia da Ordem de Cristo. Podemos também perceber, para o caso de construção da nacionalidade brasileira, os sinais colocados nos pincéis de Victor Meirelles na tela sobre a Batalha de Guararapes, pintada em 1879 e atualmente exposta no Museu Nacional de Belas Artes. Nela, Andre Vidal é retratado no centro da tela, montado em um cavalo e liderando as tropas “brasileiras” contra o coronel “holandês” Pedro Keever.

Não cabe aqui, pormenorizar ainda mais as correntes historiográficas ou tendências artísticas já citadas como apropriadoras da figura de Vidal de Negreiros. Entretanto, há em algumas delas, a meu ver, um afastamento de uma análise histórica sobre o personagem que permita a compreensão conjuntural das práticas dentro do contexto temporal, espacial e social. Minha percepção é de uma análise sobre Negreiros enquanto sujeito histórico do Antigo Regime, seu pertencimento a uma elite senhorial, dentro da singularidade daquele contexto das guerras com os holandeses, e as representações de vassalagem com um reino de além-mar.

Nesse sentido, a perspectiva de um Antigo Regime nos Trópicos, onde características sociais singulares, uma busca de autonomia política e um desejo de ser

6

“nobre”, se mostravam como a resposta às necessidades não atendidas dos habitantes e dos governos da colônia nos *limes* das possessões do Rei de Portugal, é pilar fundamental. Como aponta Russel-Wood no prefácio na obra organizada por João Fragoso, Fernanda Bicalho e Fátima Gouvêa, o conceito de “autoridades negociadas”, formulado por Jack P. Greene, contribui para uma reinterpretação da perspectiva dualística de relações entre a metrópole e a colônia. Se atrelarmos a esse conceito, a perspectiva de Antonio Hespanha de uma concepção corporativa para as relações entre monarcas e súditos teremos, na minha avaliação, a comunhão dos modelos adequados.

Representações Sociais

A fidalguia de Vidal de Negreiros é exemplo de uma qualidade adquirida pelas suas ações na guerra de restauração pernambucana e o distinguiu, dentro do processo de nobilitação almejado pela elite da açucarcocracia na capitania, para a nomeação de postos governamentais no ultramar.

“Eu, El Rey, sua Majestade, faço saber aos que este alvará virem que, em consideração dos muitos e bons serviços que o Mestre de Campo Andre Vidal de Negreiros, fidalgo de minha casa e cavaleiro desta Ordem, tem feito por esta Coroa de mais de 20 anos até a de 50 em guerra no Brasil, sendo nela por vezes ferido e aleijado de sua perna, (...) zelar com a defesa e conservação daqueles moradores no estado em que hoje se conservam com tão grande reputação do nome português, não reparando para esse efeito na perda da fazenda, porque quando foi neles e conveniente abrasar os canaviais e engenhos de açúcar foi, o próprio, que por suas mãos por fogo ao engenho de seu pai e a esse exemplo continuou a executar no mais afora os outros (...)”⁵ (grifos meus).

Essa descrição, contida na designação de Negreiros para o governo do Estado do Maranhão em dois de dezembro de 1654, traz elucidativos elementos para a caracterização dele em duas categorias citadas anteriormente para um *nobre da terra*. Segundo Nizza da Silva, os feitos militares foram os requisitos para que muitos naturais do Brasil fossem “filhados” na Casa Real. O fidalgo não era necessariamente oriundo de uma nobreza de linhagem (SILVA, 2005: 16 e 75), pois, como indicado por Nuno Monteiro, “(...) o rei podia tornar fidalgo quem muito bem entendesse, enquanto, por outro lado, se podia herdar durante várias gerações a condição de nobre sem por isso se ser fidalgo” (MONTEIRO *apud* SILVA, 2005: 17). A fidalguia de Negreiros tinha sido cunhada, como mencionado por *El Rey* em seu alvará, em cerca de 30 anos de participação nas guerras contra os holandeses e, nesse aspecto, convergimos para a querela dos engenhos de Cabral de Mello:

⁵ ANTT RGM Lv 4 p. 73v

7

“(...) o choque de interesses entre senhores de engenho e de propriedades confiscadas pelas autoridades holandesas e os novos proprietários luso-brasileiros que lhe sucederam na posse destes bens” (MELLO, 1986: 250). Os primeiros haviam emigrado para a Bahia e posto fogo em seus engenhos e canaviais, bem como levado seus escravos para a sede do Governo-Geral, a fim de que os batavos não os utilizassem.

Sobre ser senhor de engenho, a historiografia possui um vasto cabedal de análises para a sua importância na singularidade da estrutura de uma sociedade estamental colonial, mormente as baseadas na produção açucareira, como a da América portuguesa. No requerimento do Sargento-Mor Matias Vidal de Negreiros, ao rei D. João V, solicitando mandar que, pelo juízo secular competente, se tome contas dos rendimentos e encargos da capela que seu pai, André Vidal de Negreiros, instituiu de todos os bens em seu testamento, dando-se ao suplicante os alimentos devidos; e ordenar a devassa do caso de furto feito na sepultura de seu pai, encontra-se uma transcrição do testamento de Negreiros. Nessa transcrição, estão declarados

“(...) cinco Engenhos, quatro d água com todas as terras, partidos, pastos, lenhas, escravos, cobres, bois e tudo o mais necessário; dois na Capitania da Paraíba da invocação São João Batista, Engenho Novo de Santo Antonio; e assim mais outro Engenho Novo de Santo Antonio em Goiana e o Engenho de São Francisco na várzea do Capiberibe de Pernambuco”.⁶

Andre Vidal que declarou nunca ter sido casado e não ter herdeiro nenhum forçado, deixa a Matias, “por se achar criado em minha casa”, duzentos mil réis do rendimento do Molinete de Nossa Senhora da Conceição. Por também terem “sidos achados criados sua casa”, o que infiro caracterizar no testamento os seus filhos⁷ ilegítimos, ele deixa rendas e bens para o Padre Manoel Vidal de Negreiros (200 mil réis), seu testamenteiro, e para a mulatinha Violante (seis escravos do gentio da Guiné, que pelo amor de Deus, deu para seu dote). As características senhoriais e as redes de parentesco em torno do nome de Negreiros podem ser percebidas mais nitidamente pela sua afilhada Dona Catarina Vidal de Negreiros, aquinhoadas no testamento com o Engenho de São Francisco e todas as suas terras, partidos, cobres, bois e peças, pelo bem de seu casamento. Seu filho, Miguel Alves Lobo, casar-se-ia com Maria Cavalcanti de Vasconcelos, de origem das famílias duartinas

⁶ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 8 N Catálogo 641. p. 23

⁷ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 3 N Catálogo 216. Nessa consulta o Sargento-Mor Matias Vidal de Negreiros declara ser filho de Andre Vidal de Negreiros.

8

Albuquerque, Cavalcanti, Vasconcellos e Hollanda, e o fruto desse casamento será Diogo Cavalcante, que também será um senhor de engenho (ARAÚJO, 2013).

Ainda para o caso da governadoria do Estado do Maranhão, cabe mencionar uma tentativa, encontrada raramente nos registros dos historiadores brasileiros dos séculos XIX e XX⁸, de assunção deste governo por André Vidal nos anos quarenta seiscentistas. A minuta de consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV, sobre a nomeação de novo governador para o Maranhão, em substituição a André Vidal de Negreiros, datada de 16 de março de 1645, coincide com o contexto mencionado no requerimento de Francisco Coelho de Carvalho. Carvalho assume o governo em março de 1646, pelo fato de Negreiros estar participando da guerra contra os holandeses em Pernambuco (SILVA, 2005: 86). A trajetória de André Vidal, referente ao *ante bellum*, é escassa e encontrada em algumas crônicas contemporâneas ao personagem como, por exemplo, o “*O Valoroso Lucideno e o triunfo da liberdade*” (1648), de Frei Manoel Calado, na “*Nova Lusitânia – História da Guerra Brasílica*” (1675), de Francisco de Brito Freire e na “*História da América Portuguesa*” (1730), de Sebastião da Rocha Pitta, com referências às ações de Negreiros nos postos de alferes, tenente e capitão. Na obra do holandês Pieter Marinus Netscher, redigida em 1853 e dedicada ao Imperador do Brasil D. Pedro II, Negreiros, enquanto se dirigia para assumir o governo do Maranhão, se encontra com Fernandes Vieira, tido pelo autor como valente e empreendedor e a alma da conspiração, ficando entusiasmado com o plano de revolta e com a possibilidade de luta contra os hereges, cuja vingança não arrefecia (NETSCHER, 1942: 207 e 221).

Religiosidade

Ao comentar sobre religião e religiosidade como expressão cultural dos homens e mulheres que viveram no Brasil colonial, a historiadora Mary Del Priore entende que “sua fé, suas crenças, sua religiosidade, enfim, realizavam-se a cada momento, em cada ato de vida, no modo de agir e de pensar, na vida familiar e na atuação social e política” (DEL PRIORE, 2004: 5). Em Negreiros, observamos que a fé católica era a motivação mais afiançadora para as representações sociais nas quais estava envolvido e a mais íntima que o movia na suas práticas militares.

⁸ Na pesquisa realizada só encontrei essa designação na obra do Frei Calado, de Pieter Netscher e de Arnold Wiznitzer.

“**Primeiramente** encomendo minha alma a Deus, que a criou e remiu com seu sangue precioso, pedindo-lhe me perdoe os meus pecados, e a Virgem Senhora Mãe Sua e Rainha dos Anjos, seja minha advogada e intercessora com o seu Unigênito filho, (...) protesto morrer e viver na santa fé católica, como verdadeiro cristão e filho seu.”⁹ (grifo meu).

Mesmo que consideremos tal desejo lapidado pelos seus testamenteiros, que eram padres, é presumível que a versão final do documento tenha sido aprovada pelo próprio Andre Vidal, em face das demais instruções a respeito de seus bens. Sentimentos tão convictos e ardorosos, nos permitem afirmar que a convivência com outro credo era tida como intolerável e a sua derrota, um propósito mais íntimo na mentalidade que cercavam as representações de Negreiros contra os invasores calvinistas e os usurpadores sefardistas. “Suposto que Vossa Senhoria terá larga relação deste sucesso, não hei de deixar de dar conta a Vossa Senhoria da vitória que Deus foi servido dar nos contra estes hereges (...)”, é o que consta na missiva escrita por ele a Dom Francisco de Faro e Noronha, Conde de Odemira, em 12 de maio de 1648 (RAU, 1955: 7). Essa pressuposta intolerância religiosa também estaria inserida no contexto que observamos quando Cabral de Mello cita os engenhos que, por ocasião da eclosão da revolta, ainda eram propriedade de judeus (MELLO, 1986: 275); Ronaldo Vainfas aponta o importante papel dos impuros como soldados, intérpretes, espiões, colaboradores e agentes encarregados do abastecimento do Recife holandês (VAINFAS, 2010: 340); e Wiznitzer descreve a traição de Moses da Cunha e a entrega da carta pelo Sr. Abraham de Mercado, possivelmente um dos fundadores da comunidade hebraica do Brasil, denunciando o plano de assassinato dos holandeses e ocupação do Recife em 1645 (WIZNITZER, 1966: 81 e 155). Esses aspectos, presumimos ser de uma questão sentimental, econômica e militar primordial para as motivações Vidal na sua atuação na Guerra da liberdade divina. Como Priore ressalta: “Viver nos séculos XVI e XVII significava ter algumas crenças firmes e absolutas. Aquele que nascesse na Igreja católica acreditava que a graça que lhe fora concedida por Deus venceria o pecado e lhe daria a salvação eterna”.¹⁰

Se considerarmos o desejo expresso no documento de que “Meu corpo será sepultado na minha Capela de Nossa Senhora do Desterro, sita nos meus currais, ou na

⁹ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 8 N Catálogo 641. p. 20 Também disponível na Revista do IAHGP (OUT 1866), Edições 13 a 18, pp 67 – 88.

¹⁰ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 8 N Catálogo 641.p. 20

10

minha do Engenho Novo de Santo Antônio de Goiana, **com o hábito de Nossa Senhora do Monte Carmo, com todas as confrarias sacerdotais e religiosas que houverem (...)**”, mas também a menção sobre o Frade Francisco Vidal [ou da Madalena], filho de Inez Barroso, uma mulher casada, e que era suposto ser seu filho, sem que nunca, segundo o próprio Negreiros, ele o tivesse considerado como tal. Para André Vidal, mesmo que Francisco fosse seu filho, ele nunca podia ele herdar sua ordem por ser filho adúlterino. Na época do nascimento do frade, Vidal de Negreiros alegava estar servindo na Bahia como capitão de infantaria, **além de ser nobre e viver sempre na Lei da nobreza**. Mesmo assim, Francisco também era identificado em seu testamento como “*criado em sua casa*” e, por isso, ganharia cem mil réis todos os anos¹¹. Podemos assim perceber ainda mais o universo das representações e conflitos religiosos do próprio Negreiros. Como lembrado por Priore, quando se preparavam para morrer, os homens “(...) nos dias de agonia reuniam amigos, parentes e desafetos, pedindo-lhes desculpas pelos erros cometidos; pagavam as dívidas, mandavam rezar missas, distribuía[m] esmolas e oravam”. Evaldo Cabral aponta ainda para a importância dos monumentos religiosos mandados erguer pelos chefes restauradores como reconhecimento pelo auxílio divino, como foi o caso da Capela de Nossa Senhora do Desterro por Andre Vidal.

Milícia e honra

Para Fernanda Olival, no contexto da restauração, as cobiçadas insígnias e comendas, além dos aspectos honoríficos, representaram a possibilidade de recursos importantes para a consolidação do Estado Moderno português. Mas sua tese é de que também os hábitos compunham um mote social de recompensa a serviços prestados à Coroa, gerados em uma postura de expectativa prévia. Já dentro de aspectos representativos das Ordens Militares, a historiadora aponta o reforço de legitimidade que essas emprestavam à realeza. Além da importância das Ordens para o significado da liberalidade e das relações entre a realeza, seus vassallos e seus súditos, a convocatória dos cavaleiros das Ordens permitia atender a situações emergenciais como as dos combates. Segundo Olival, milícia e honra eram quase sempre inseparáveis, nesta época. Essa afirmativa se encaixa bem na trajetória de Vidal de Negreiros nas guerras contra os

¹¹ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Paraíba-014 Cx 8 N Catálogo 641.p. 28

11

holandeses, mas, acredito ser um pouco diferente das travadas em Angola para a expansão dos mercados de escravos, a fim de atender o mercado brasílico. O significado da insígnia na pintura, de autor desconhecido, atribuída a Negreiros pode ser interpretado na mesma direção da idéia da autora quanto a cada vez mais serem encaradas como “recompensas de serviços, pelo que não deviam acarretar novas implicações. Eram estes os princípios da economia de mercê perfilhados na época” (OLIVAL, 2001: 60). Havia uma intencionalidade da Monarquia em empregar as Ordens para integrá-la à economia da mercê e ao arranjo político com a nobreza.

Negreiros viveu plenamente essa relação de serviços e recompensas, imerso na economia das mercês e na sua relação com o modo de viver como um nobre cavaleiro.

“Eu. D. João (...), faço saber aos que alvará virem, que tendo respeito aos muitos e qualificados serviços do Mestre de Campo Andre Vidal de Negreiros e a continuação com que os fez em guerra tão dilatada como foi a de Pernambuco (...), cavaleiro professo da distinta Ordem por benemérito e digno de ser remunerado na distinta Ordem e ajudado com os bens dela e por esta. Hei por bem de nomear na distinta Preceptoria da Comenda de São Pedro do Sul do bispado de Viseu da qual haverá os rendimentos com todos os custos, rendas, direitos e pertenças da Preceptoria e Comenda (...) **ficando com a obrigação ordinária de sua profissão na mesma Ordem conforme a qual servirá na guerra contra os infiéis, quando se por mim for mandado como pelas bulas do Santo Padre se é encomendado aos cavaleiros da dita Ordem** (...).”¹²

No caso da senhoria e do espírito cavaleiresco de Negreiros há, no meu entendimento, a singularidade das relações sociais envolvidas no regime de escravidão do ambiente tropical das possessões do Rei de Portugal no Atlântico Sul e das especificidades do teatro de operações da guerra brasílica contra os hereges batavos, mas também uma persistência da representatividade do “*dominus*” e do “*bellatore*” para o imaginário e a função social de alguém que desejava ser nobre¹³. Andre Vidal é um Cavaleiro da Ordem de Cristo a serviço *del Rey* e do Papa para a luta contra infiéis e espera as recompensas, na cidade de Deus e na cidade dos homens, por seus sacrifícios. É mister lembrarmos que, como apontado por Bobbitt, a época na qual Negreiros viveu suas experiências senhoriais, nobiliárquicas e militares está inserida na transição entre o Estado principesco, o Estádio

¹² ANTT RGM Lv 4 pp. 97v e 98 27/02/1655

¹³ Segundo Le Goff, a senhoria precede e persiste a feudalidade, exprimindo uma função de dominação e autoridade. Para Duby, eram *bellatores*, no imaginário social medievo, “os que protegem as nossas cidades e defendem o nosso solo contra o exército que nos invade”. Inicialmente relacionado aos nobres e detentores da *postestas*, a posse das armas iria abranger, nas transformações na ordenação social após a Alta Idade Média, aos ministros e auxiliares do príncipe: os cavaleiros.

12

régio e o Estado territorial para o contexto europeu (BOBBITT, 2003). Mesmo após o início do processo de formação do Estado Moderno, que privilegiaria a figura política do Rei ante os príncipes e a Igreja católica, observaremos uma continuidade na presença das negociações nas relações entre ele e seus súditos na condução do sistema político e administrativo do reino e da sociedade, bem como a importância do exercício da atividade militar, em que, por exemplo, foram as guerras religiosas européias.

Negreiros: intermediário entre o centro e a periferia

No contexto da América portuguesa, mais especificamente no alvorecer da Restauração pernambucana, e por não dizer, da própria dinastia dos Bragança, observamos na carta de Negreiros ao presidente do Conselho Ultramarino, Marquês de Montalvão, escrita no Arraial de Ajuda em 25 de agosto de 1645, uma intencionalidade de registro junto a *El Rey* de sua posição de intermediário, que podemos atrelar às funções associadas a um de nobre de além mar, tanto como seu conselheiro, para o conhecimento sobre as expectativas dos que apoiavam o retorno a tutela portuguesa, quanto para a defesa dos interesses dos *maiores* das capitanias ocupadas pelos holandeses.

O perfil honorífico de Andre Vidal era basilar para a sua representatividade perante os demais portugueses que sustentavam a guerra contra os holandeses e a percepção de que ele consistia o elo com *El Rey*.

“Lembramos também a V.Exa. que se façam apressar remédio desse Reino nessa Capitania que já **os maiores** estão exasperados de conseguir em que principiaram com tanto valor e todos chama sobre nós, que estão sustentando a guerra há 15 meses com despesa de sua fazenda e **que os governamos quando que não conhecessem que pedimos socorro. Vossa Majestade é visto que lhe tarda há tanto tempo.** V. Exa é boa testemunha que neste particular temos representado ao dito Conselho e a V.Exa. e fiéis pessoas que se depende a palavra deste seu soldado com acudir a tanto desamparo que será o de não conseguirmos o nosso intento e que resultará estes maiores ficarem ao ímpio excesso de crueldade dos flamengos (...).”¹⁴

Responde *El Rey*, às duas cartas com a participação de Negreiros, em 15/10/1647, após a consulta ao Conselho Ultramarino, que julgou estranhas as cartas enviadas sobre pedidos de socorro à guerra contra os batavos:

“Com ocasião das duas cartas que serão inclusas neste Decreto, e me vieram afirmar para André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, me parece estranhar muito como escrever cartas em meu nome, e muito menos enviar, mas a firmar para homens que contra forma das minhas ordens estão fazendo guerra

¹⁴ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Pernambuco CU 015 Cx 5 N° Catálogo: 342

contra os holandeses, com quem tenho celebrado trégua. **Entendo o conselho que estes homens me tem feito grande desservico** (...) nem se há de ter com eles comunicação alguma, salvo for para lhes dar o castigo que suas culpas merecem.”¹⁵

O isolamento e a distância dos governos coloniais, neste caso exacerbado, no nível mais privado, pelos “sentimentos de terem sido esquecidos pelo rei” por aqueles que, nos limites das possessões, em especial na América portuguesa, tinham “projetos consistentes de uma vida colonial sistemática”, eram complementados pela condição de uma iniciativa local em um ambiente de guerra contra o inimigo a ser evitado pelo poder central (HESPANHA, 2010). Respeitadas as possíveis preocupações de uma dinastia que se iniciava naquela década e que, perante as demais existentes no continente europeu, ainda lutava pela sobrevivência física e política do seu Estado régio perante os atores da Guerra dos Trinta Anos, e, nesse sentido, um entendimento sobre o “desserviço” apontado para a atuação dos restauradores de Pernambuco, o processo de consultas e respostas, que neste caso o Conselho Ultramarino optou por assessorar em não respondê-las, se insere nos contextos de centralização e autonomia apontados por Antônio Hespanha e ressalta a ênfase de Jack Greene sobre a negociação entre o poder real e as periferias. Havia uma divisão de poderes e deveres, formalizados no primeiro caso, por exemplo, por meio dos regimentos para o caso dos governadores, e transformados de políticos e, até mesmo jurídicos, para morais dentro de relações de clientela existentes no Antigo Regime. Para o historiador português, é nas características de uma monarquia corporativa que podemos entender as relações com os “núcleos políticos periféricos dos colonizadores” com a “sombra e a ameaça do Leviatã” (HESPANHA, 2010).

O assessoramento do Conselho Ultramarino, datado de 15 de março de 1651, demonstra uma alteração significativa da postura da corte, pois já não é observado um desserviço quando Andre Vidal e João Fernandes, ao citarem que sendo eles os principais motores da guerra contra os neerlandeses e esta ser conduzida à custa da sua “honra, vida e fazenda”, se queixam sobre o Mestre-General Francisco Barreto:

“(...) será justo que se veja e se considere, e não havendo coisa que se encontre ou ainda que haja coisa que não seja pesada convirá ao serviço de Vossa Majestade; **animar e ter contentes que o melhor se possa fazer tais dois homens e que tanto tem servido e merecido a Vossa Majestade em tal**

¹⁵ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Pernambuco CU 015 Cx 5 N° Catálogo: 363

guerra, havendo coisa que é tão arriscada e contínua que o crédito das armas de Vossa Majestade tem ganhado tanta reputação, com menos gasto e despesa de que se faz em outras partes, e este ponto obrigou a este Conselho a fazer esta consulta, podendo se escusar faltando a queixa a que se dar satisfação (...).”¹⁶

Queixa essa que, na minha avaliação, assim como pelo observado na datação da fonte, e ao contrário do que José Pereira tenta retratar na sua biografia sobre Francisco Barreto de Menezes, não foi algo restrito ao período pós-restauração da Capitania de Pernambuco e exemplifica bem a estrutura administrativa centrífuga apontada por Hespanha para as possessões do Reino de Portugal. Há também, por sua vez, uma tensão implícita na disputa pela tutela das capitanias do Ceará, Paraíba e Rio Grande que, como apontam Mafalda Soares e Nuno Monteiro, e que indicariam a limitação progressiva da área de influência do governo da Capitania de Pernambuco sobre aquelas outras e o reforço da influência do Governo Geral do Estado do Brasil, na Bahia. Tal interpretação coincidiria com a evolução de uma postura pactista nos séculos XVI e XVII para o viés mais absolutista intencionado a partir do reinado de D. João V (CUNHA e MONTEIRO, 2005: 203).

Na troca de missivas entre Negreiros, então Governador da Capitania de Pernambuco, e Menezes, Governador-Geral do Brasil, podemos perceber as nuances desses conflitos de esferas de poder na América portuguesa entre reinóis e *nobres da terra*, centro e periferia da própria colônia, como, por exemplo, na reconstrução e redefinição da vila de Olinda como sede da Capitania de Pernambuco, com um resultado temporário favorável a Andre Vidal em função da indefinição da Metrópole:

“E então tiveram lugar a advertência que V.Sa me faz sobre não me mudar para esta Villa, e a ordem porque impede aos Ministros dos Tribunais, que assistem no Recife saírem daquela praça, (...) que obrigou-me a passar-me tais Ministros para esta vila, em 14 do mês passado, muito antes que chegassem as cartas de V.Sa, depois de muitas e repetidas instâncias, que a Câmara, Nobreza, Povo, Prelados das Religiões e Clero dela me fizeram (...). E suposto isto não me poderei sair desta vila, nem consetir que os Ministros o façam sem expressa ordem de S.M a que tenho dado particular ordem de tudo, e espero que por um tão particular serviço como este me faça as mercês (...) porque até agora não vi ordem pela qual S.M não quisesse esta vila povoada (...).” (PEREIRA, 2004: 315 e 316) (grifo meu)

Além de pontuar os sentidos centrífugos, de uma autonomia presente nas tensões das várias interseções de interesses e poderes do “corpo” político da América portuguesa,

¹⁶ Centro de Memória Digital: UnB. Projeto Resgate: AHU-ACL-N-Pernambuco CU 015 Cx 5 Nº Catálogo: 424

15

aqui representado pelo Governo-Geral e por uma Capitania, a defesa de Negreiros na preservação dos interesses da nobreza açucarocrática de Olinda será reforçada pelo seu papel no desfecho da contenda relativa à deposição do Governador Jerônimo de Mendonça Furtado, o Xumbergas, em 1666. Entendo que o seu retorno ao governo de Pernambuco demonstrou toda sua autoridade moral, representativa de uma nobreza advinda da recompensa aos serviços prestados à Coroa nas guerras e nos governos nos quais participou, a sua ascendência perante os demais vassallos da Câmara, afrontados pelas medidas implantadas pelo despótico reinol, assim como o reconhecimento dos de “origem mecânica”, como era atribuído aos mascates recifenses, pela sua atuação como restaurador. A oposição entre senhores de engenho e mascates durante as duas décadas posteriores ao fim da guerra contra os holandeses, como magistralmente registrado pelo célebre Evaldo Cabral, não será só marcada pela continuidade na disputa sobre o controle político, administrativo e econômico em Pernambuco, mas também pelo domínio do *status quo* social e pela identificação de qual elite poderia viver e ser reconhecida como nobre. Ressalta o renomado historiador no prefácio de sua obra: “Cinquenta e tantos anos depois, parte da “nobreza da terra”, isto é, dos filhos e netos dos que haviam restaurado a suserania portuguesa, promovia uma sedição contra o governador Castro e Caldas” (MELLO, 1995: 11).

Últimas considerações

Portanto, em nossas leituras sobre as construções de Vidal Negreiros enquanto um herói, procurei buscar uma alternativa para um olhar mais próximo da perspectiva de Maria Fernanda Bicalho sobre a *nobreza da terra* das conquistas, que, assim como a “*noblesse civil ou politique*” caracterizada por Nuno G. Monteiro, tinha uma especificidade no seu processo de nobilitação, bem como as próprias aspirações de seus atores dentro do imaginário e práticas do Antigo Regime. Como apontado por Maria Beatriz Nizza da Silva é esse processo que a distinguia da reprodução social da nobreza existente na corte.

André Vidal de Negreiros foi um homem do seu tempo e do seu lugar de experiência. Inserido nas entranhas do Antigo Regime, iluminado pelas singulares cores do sol nos trópicos da América portuguesa, ele trilhou uma trajetória de quem conhecia os meandros e os atalhos de suas hierarquias e representações. Já desde o berço vivenciando a sociedade escravagista de uma elite senhorial proprietária de engenhos de açúcar em uma

16

colônia de um reino europeu, ele buscou, em sua juventude, engajar-se nas formas de reconhecimento e laços, que o suserano dispensava a seus vassallos, e de recompensas, que as mercês *del Rey* poderiam lhe trazer em termos econômicos. Sua fidalguia, seu denodo e valor militar em uma guerra para a restauração de sua pátria durante cerca de 30 anos, seu cavaleirismo a serviço da fé católica, sua ascendência moral e política perante os demais principais da terra e a sua peculiar característica de uma autonomia nativa lhes deram todas as qualidades, aqui dentro da acepção daquele regime de historicidade para este vocábulo, para que a almejada condição de ser e viver como um nobre se concretizasse nas práticas da *nobreza da terra*.

Bibliografia

- ALENCASTRO, L. F. de. “*O Trato dos Viventes – formação do Brasil no Atlântico Sul*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARÁUJO, P. I. de S. “*Genealogia Pernambucana*”. Disponível em: <http://www.araujo.eti.br/araujo2.asp> Acesso em: 18/01/2012.
- BICALHO, M. F. B. “*Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia*” in MONTEIRO, N; CARDIM, P. e CUNHA, M. “*Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*”. Lisboa: ICS, 2005.
- BOBBITT, P. “*A guerra e a paz na História Moderna*”. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- CUNHA, M. e MONTEIRO, N. “*Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII*” in MONTEIRO, N; CARDIM, P; e CUNHA M. (coord.) “*Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*”. Lisboa: ICS, 2005.
- DEL PRIORE, M. “*Religião e religiosidade no Brasil colonial*”. São Paulo: Ática, 2004.
- FRAGOSO, J; BICALHO, M. e GOUVÊA M. “*O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HESPANHA, A. “*Antigo regime nos trópicos? Um debate sobre o modelo político do império colonial português.*” in FRAGOSO, J. e GOUVÊA, M. “*Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010.
- MELLO, E. C. de. “*Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*” Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *“A fronda dos mazombos: nobres contra mascates. 1666 - 1715”*.

São Paulo: Companhia das Letras: 1995.

NETSCHER P. *“Os holandeses no Brasil, notícia histórica dos países-baixos e do Brasil no século XVII”*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

OLIVAL, F. *“As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641 – 1789)”*. Lisboa: Estar editora, 2001.

PEREIRA, J. *“A restauração de Portugal e do Brasil”*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004.

PINTO, L. *“Vidal de Negreiros, afirmação e grandeza de uma raça”*. Rio de Janeiro: Editora Alba, 1960.

SILVA, A. B. R. B. *“André Vidal de Negreiro: a necessidade de construção de um herói legitimamente paraibano”*. João Pessoa: Revista Seaculum, 2006.

SILVA, M. B. N. da. *“Ser Nobre na Colônia”*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SOBRAL, J. *“Postos e Cargos Militares Portugueses”*. Disponível em: <http://audaces.blogs.sapo.pt/4784.html> Acesso em: 16/01/2013.

RAU, V. *“A primeira batalha dos Guararapes, descrita por Andre Vidal de Negreiros”* Coimbra: 1955.

VAINFAS, R. *“Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês”*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VARHAGEN, F. A.. *“História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654”*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

WIZNITZER, A. *“Os judeus no Brasil colonial”*. São Paulo: Editora da USP, 1966.